

## A proteção ao meio ambiente – Uma revisão da literatura

**Kelly Cristina Silva**

Advogada e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG). Mestre em Ciências Jurídico-Ambientais pela Universidade Clássica de Lisboa em 2009.

**Palavras-chave:** Proteção o meio ambiente. Direito ambiental. Tutela.

**Sumário:** Apresentação – O ambiente, sua tutela e o Direito Ambiental – À guisa de conclusão – Referências

### Apresentação

O direito se incumbe cada vez mais da regulamentação jurídica das atividades antrópicas que possam interferir positiva ou negativamente no ambiente em todos os níveis inerentes à sua função: o legislativo, o administrativo e o jurisdicional. Na intrincada tarefa jurídica de disciplinar o ambiente, além do próprio Direito Ambiental, lugar importante ocupa o Direito Administrativo, posto ser uma tarefa — ainda que não exclusivamente — da Administração Pública protegê-lo e zelar por sua adequada conservação.<sup>1</sup> O Direito Ambiental guarda, portanto, a característica da transversalidade e da interdisciplinaridade, perpassando vários campos do próprio Direito e também de outras áreas de conhecimento. Surge como disciplina “independente” tardiamente considerando-se as demais abordagens e, pela amplitude do tema, também se esforça para delimitar o conteúdo do seu objeto.

A primeira geração de leis ambientais baseou-se exclusivamente no uso dos instrumentos que proporcionavam a técnica da regulação direta pela Administração Pública — mecanismo de comando e controle<sup>2</sup> — e, nesta seara, surgiram

quatro mecanismos, quais sejam, os *standards* ambientais, o licenciamento/autorização ambiental, o controle mediante o exercício do poder de polícia e a determinação de sanções por incumprimento. Só posteriormente tem-se o advento dos mecanismos econômicos.

Porém, para além do dever de melhoria ambiental como sujeito ativo, pode o Estado, também, apresentar-se como um dos principais responsáveis por ofensas e danos ao ambiente, figurando os agentes públicos representantes do Estado como responsáveis por ações e/ou omissões indevidas. Por esta razão, deve o Estado-Executivo estar sob permanente fiscalização de outras instituições públicas ou privadas — tendo destaque o Ministério Público e o Poder Judiciário<sup>3</sup> — e mesmo da comunidade.

Com tantas nuances relacionadas à questão ambiental, este trabalho pretende apresentar um breve panorama do tema, com um conciso histórico e revisão dos principais conceitos relacionados à proteção do meio ambiente e o papel do Estado.

### O ambiente, sua tutela e o Direito Ambiental

O Direito desenvolve-se junto com a evolução humana, conformando bens e necessidades públicas e privadas. Normas jurídicas com viés ambiental existem desde a antiguidade: há menções de regulamentos para conservação de certas espécies e ecossistemas na antiga babilônia, Egito e Índia;<sup>4</sup> no império romano tais normas soíam quedar basicamente circunscritas às relações de vizinhança.<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Neste sentido, por outros, DIAS. *Tutela ambiental e contencioso administrativo*: (da legitimidade processual e das suas consequências), p. 21 e CANOTILHO. *Juricidização da ecologia ou ecologização do direito*. *Revista do Instituto do Direito do Urbanismo e do Ambiente*, p. 69 et seq. Entre nós, na década de 70, Diogo de Figueiredo Moreira Neto anotou que “no quadro disciplinar do Direito Administrativo [...] o conjunto de princípios e normas que regem, em nível jurídico, o comportamento do homem face o meio ambiente” poderia denominar-se Direito Ambiental (*Introdução ao direito ecológico e ao direito urbanístico*, p. 9). Já Vasco Pereira da Silva fala em uma autonomia pedagógica do Direito Ambiental (*Verde cor de direito*: lições de direito do ambiente, p. 44 et seq.).

<sup>2</sup> GONZÁLES. *Del comando y control al del derecho reflexivo para la protección del ambiente en México*. In: BENJAMIN (Org.). *Paisagem, natureza e direito*, p. 93. Paolo Dell’Anno (La ponderazione degli interessi ambientali nel procedimento amministrativo ed i riflessi nella tutela processuale. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, p. 94-95) discorre que os objetivos de prevenção e controle foram progressivamente integrados e absorvidos pela função de planejamento, fazendo com que as autorizações evoluíssem de uma finalidade de garantia e prevenção negativa a funções de manobra, interventivas, isto é, inseridas em um orgânico desenho público de desenvolvimento, em que se incentiva a atividade privada ao mesmo tempo em que se realiza uma verificação de conformidade/desconformidade com o planejamento geral.

<sup>3</sup> OSÓRIO. O dever de probidade administrativa e a proteção do meio ambiente: reflexões sobre ‘improbidade ambiental’. In: JÚNIOR; GALVÃO. *Direito ambiental na visão da magistratura e do ministério público*, p. 170.

<sup>4</sup> LYSTER, S. *International Wildlife Law*, 1985 apud SALOM. *Recursos genéticos, biotecnología y derecho internacional*: La distribución justa y equitativa de beneficios en el Convenio sobre Biodiversidad, p. 59.

<sup>5</sup> Doutrinas sobre as emissões, o uso normal ou a necessidade social, alcance dos atos emulativos, âmbito da tolerância normal, responsabilidade civil por propagações lesivas, etc. (Las relaciones de vecindad. *Anuário de Derecho Civil*, p. 366). Previa-se também que a emissão de fumos, águas e outras emanações – *immissio*, a partir do prédio vizinho, desde que não excedesse os limites habituais, tinha que ser tolerada pelo proprietário.

Além disso, a tradição jurídica romana considerava que o ar e a água do mar não eram “bens” no sentido jurídico, mas *res communes omnium*: não *res nullius*, mas “algo” que visava satisfazer uma necessidade potencial e ilimitada de todos.<sup>6</sup>

Durante anos os recursos ambientais foram classificados como *res nullius* ou *res communes* (todos têm livre acesso e ninguém é responsável pela degradação) pelo Direito e como bens livres e consequentemente gratuitos (úteis, acessíveis, mas sem a característica da escassez) pela Ciência Econômica. Esta última, apesar de ser bastante antiga, somente se preocupava com os bens classificados como econômicos (que se caracterizam pela utilidade, acessibilidade e escassez, possuindo valor de troca), não incluindo nestes o ambiente nem se importando com os resíduos produzidos pelas fases do ciclo de produção.

A deterioração da capacidade de assimilação dos ecossistemas e da capacidade de regeneração dos recursos naturais em níveis compatíveis com o desgaste imposto pelas atividades econômicas, contudo, pleiteou uma revisão profunda do tipo de relação homem-natureza. Em outras palavras, o aumento da população e o desenvolvimento industrial (para citar as causas principais) acabaram por “escassear” os bens outrora considerados comuns e ameaçá-los na sua qualidade, o que acarretou sua valorização econômica e jurídica. A conexão entre atividade econômica e ambiente foi se tornando complexa e multidisciplinar, mediada por componentes dinâmicos de um mundo globalizado, isto é, grande mobilidade de pessoas, bens, capitais e informações. Deixou de ser verdade, na essência, a ideia de que “o que é de todos, não é de ninguém”.

Não obstante, as inquietações relativas à questão ambiental somente se traduziram em política pública e ramo independente do direito no século XX, principalmente pós-segunda guerra mundial. Até então, normas visando à preservação/conservação de determinada região ou espécie se justificavam pela utilidade destes ao homem. Assim, foi só contemporaneamente que as normas jurídicas de cunho ambiental assumiram uma configuração mais ampla, coincidindo com a proteção e promoção do ambiente. O Direito Ambiental

nasce, portanto, de uma preocupação ecológica e visa regular as relações homem-natureza.

O ambiente sadio é, hoje, um dever do Estado e de todos e um direito geral e de cada um individualmente considerado. A proteção dos recursos naturais tem natureza pública — e por isso é um dever do Estado — já que estes são necessários à vida (existência) da sociedade; e também é tarefa dos particulares dada a natureza coletiva dos recursos naturais. O Estado, portanto, possui o papel de agente mediador dos interesses individuais e coletivos intergeracionais. Na opinião de John Proops, “só o Estado como instituição pode, potencialmente, prover a escala temporal de longo prazo necessária para se solucionarem os problemas ambientais”.<sup>7</sup> Para tal, lança mão de mecanismos de comando e controle, como também de instrumentos econômicos (como, por exemplo, os tributos ambientais, que se fundamentam no princípio do poluidor-pagador).

Pela amplitude do tema ambiente, percebem-se várias sobreposições com outros ramos do Direito, tais como urbanismo e ordenamento do território, mas deve-se sempre atentar para, consoante entendimento de Diogo Freitas do Amaral, observar, manter e “criar identidades próprias e particularidades específicas” de cada um.<sup>8</sup>

Assim, para se definir que “ambiente” será/deverá ser abarcado pelo direito, ou seja, para se revelar qual será o objeto do Direito Ambiental, há que se partir de várias considerações: consoante a visão antropocêntrica do meio ambiente, este deve ser protegido porque a natureza é um bem para o homem, isto é, proporciona meios de satisfação das necessidades humanas e de aumento do seu bem-estar. Os bens naturais não são independentes, uma vez que só valem por sua utilidade ao homem. Esta visão pode ser considerada como ampla, pois integra os bens naturais e os culturais.

O ecocentrismo, por sua vez, defende que o meio ambiente deve ser protegido por seu valor intrínseco, sendo que as normas, por conseguinte, devem abranger os recursos naturais, isto é, é uma concepção restrita de ambiente. Uma terceira via seria apresentar o ambiente como conceito indeterminado, cujo limite se define de acordo com a

<sup>6</sup> POSTIGLIONE. Ambiente: suo significato giuridico unitario. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, p. 48.

<sup>7</sup> PROOPS *et al.* Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI (Coord.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*.

<sup>8</sup> AMARAL. *Estudos de direito público e matérias afins*, p. 163.

época. Esta concepção não exclui, pois, ambas as anteriores.

Pode-se falar, ainda, de um antropocentrismo alargado: “o ambiente não se protege por si só, mas também não é um mero instrumento do bem-estar do homem”,<sup>9</sup> isto é, a tutela jus-ambiental engloba a capacidade funcional ecológica do patrimônio natural, não dependendo da sua utilidade direta.

A doutrina brasileira de Direito Ambiental desdobra o conceito jurídico de ambiente em quatro aspectos: meio ambiente natural, artificial, cultural e do trabalho.<sup>10 11</sup> Este seria um conceito amplo de ambiente, compreendendo o ambiente que circunda o homem na sua globalidade. Esta amplitude, todavia, pode ser pouco prática e operativa para o direito.<sup>12</sup>

É certo, assim, que caracterizar o direito ao ambiente revela-se uma tarefa assaz complicada dado seu conteúdo tendencialmente impreciso: o *quantum* da prestação individual é impossível uma vez que se trata de bem de natureza coletiva. Daí que o preenchimento do seu substrato dá-se muitas vezes por direitos já consagrados, quais sejam, a vida, a integridade física, a propriedade, a personalidade, etc. ou por meios procedimentais, tais como o direito à informação e participação em procedimentos de cariz ambiental e o direito de acesso à justiça para salvaguarda dos bens ambientais. Por esta razão Carla Amado Gomes considera que na fórmula “direito ao ambiente” há somente uma dimensão simbólica e pedagógica e tal substrato versa então na responsabilização de cada um pelo dever global de proteger o meio ambiente.<sup>13</sup>

O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem trata a tutela do direito ao ambiente principalmente como direito de personalidade: se os direitos de personalidade são direitos essenciais, constituindo da personalidade o núcleo mais profundo, não se pode negar que tal essencialidade hoje reveste o ambiente para cada pessoa — alguns desses direitos, tais como a integridade física e a saúde, se fundamentam de fato na salvaguarda ambiental. Por exemplo, em Portugal, o direito de personalidade, configurado genericamente no artigo 70 do Código Civil português, deverá ser atualmente entendido numa perspectiva dinâmica pautada também pelos valores ambientais e pela ideia polarizadora da qualidade de vida que lhes está subjacente.<sup>14</sup> Vê-se, então, frequentemente invocados o artigo 70 do Código Civil conjuntamente com o artigo 66 da Constituição portuguesa. Amedeo Postiglione, na Itália, também defende a consideração do direito ao ambiente como direito de personalidade: a utilidade que resulta dos recursos naturais pode constituir bens no sentido jurídico para outras relações, mas ao final o que se resguarda constitui um “meio indireto” para a tutela da personalidade humana,<sup>15</sup> ideia combatida por P. Maddalena.<sup>16</sup>

A maioria das constituições pós 70 sucumbiu à fórmula “direito ao ambiente”, ainda que não defina precisamente seu conteúdo.<sup>17</sup> Na verdade, independentemente do regime e sistema político, o ambiente foi tratado constitucionalmente pela maioria das constituições modernas. Na Itália, o direito ao ambiente origina-se na doutrina e na jurisprudência: Giannini escreveu que juridicamente

simbólica: se já é possível proteger posições jurídicas da esfera de direitos pessoais do cidadão que abrangem a componente ambiental, oferecendo-se meios de tutela para tal, não haveria necessidade de se recorrer à criação de um direito chamado “direito ao ambiente”, existindo, pois, unicamente, um interesse de fato.

<sup>9</sup> GOMES. *O Ministério Público e o controle da omissão administrativa: o controle da omissão estatal no direito ambiental*, p. 19.

<sup>10</sup> FARIAS. *Licenciamento ambiental: aspectos teóricos e práticos*, p. 57.

<sup>11</sup> Meio ambiente natural é aquele originalmente criado pela natureza; artificial é aquele modificado pelo homem; cultural é aquele totalmente criado pelo homem, do trabalho concerne à relação entre a ocupação do indivíduo e suas doenças (SILVA. *Direito do meio ambiente e dos recursos naturais*, p. 59-60).

<sup>12</sup> No sentido estrito, ambiente é considerado como os componentes ambientais naturais e coincide com a filosofia ecocêntrica: o ambiente vale por si mesmo e merece tutela autônoma. Há ainda uma terceira alternativa, que considera o ambiente um conceito indeterminado do tipo descritivo, variando de acordo com a época e englobando as duas concepções anteriores. Vale ressaltar que Diretiva da União Europeia (85/337/CEE), o art. 5/2/a da Lei de Bases do Ambiente em Portugal, entre outras, adotam também o conceito amplo, ainda que nesta mesma lei se encontre também considerações da aceção restrita de ambiente – art 2/2, 4/d, e, f, m, n e 5/2/f.

<sup>13</sup> GOMES. *Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de protecção do ambiente*, p. 25-149. Para a autora, por ter um contencioso administrativo misto e assim desdobrar-se a legitimidade, já estaria garantida assim a adequada tutela ambiental. Defende que a fórmula “direito ao ambiente” é vaga e

<sup>14</sup> Pretende-se, essencialmente, garantir a potencialidade plena da personalidade humana, nas suas mais diversas variações, principalmente a de índole bio-psicológica, atingindo a personalidade física e moral e atendendo a cada pessoa em si mesma. Está subjacente à ideia um *habitat* próprio às suas condições humanas. De acordo com Manuela Flores, verifica-se hoje a singularidade de se ter uma parcela dos direitos de personalidade instituídos no direito fundamental – art. 66 da CRP. Assim, a jurisprudência passou a também invocar este artigo (v.g., Acórdãos STJ 04.07.1978, STJ 26.04.1995, STJ 22.06.1995, RLx 14.10.1999). FLORES. *Tutela cível do ambiente: evolução*. In: *Textos: ambiente*, p. 92, 209-220. Sobre o papel dos tribunais no alargamento e reconhecimento do ambiente como direito de personalidade v. também CORDEIRO. Os direitos de personalidade na civilística portuguesa. In: ROCHA; CORDEIRO. *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles*.

<sup>15</sup> POSTIGLIONE. Ambiente: suo significato giuridico unitario. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, p. 42 et seq.

<sup>16</sup> MADDALENA. Il diritto all'ambiente ed i diritti dell'ambiente nella costruzione della teoria del risarcimento del danno pubblico ambientale. *RGA*, p. 469 et seq.

<sup>17</sup> KISS. Environnement et développement ou environnement et survie?. *Journal du Droit International*, p. 267; JUCOVSKY. *Tutela ambiental e sua efetividade no direito brasileiro*, p. 93.

o ambiente adquiriria relevo como paisagem (noção cultural), como poluição (noção sanitária) e como ordenamento do território (noção urbanística).<sup>18</sup> Haveria, segundo o autor, três categorias: a primeira compreendendo os bens naturais e culturais, a segunda a poluição e a terceira o ordenamento do território. Há ainda duas outras possibilidades: os que acreditam que o ambiente comporta posições jurídicas subjetivas e os que defendem ser o ambiente um valor a ser protegido, pelo Estado e pelos cidadãos — caráter objetivo.

O ambiente, enquanto bem inapropriável, imaterial e de fruição coletiva tem uma indissociável natureza pública e foi contemplado na Constituição Brasileira como um direito fundamental. Direitos fundamentais “são vinculações, mandados e objetivos referidos a aspirações, necessidades e interesses humanos que se adscvem ora como nítidos dispositivos de direitos subjetivos, ora como enunciados de princípios e tarefas estatais (e às vezes individuais e sociais) de hierarquia constitucional”,<sup>19</sup> ou seja, esses direitos, ao serem constitucionalizados, adquiriram verdadeira relevância jurídica.<sup>20</sup>

Antes tidos como garantias contra o poder do Estado definindo os limites entre este e a sociedade — no século XVIII, passando por uma ampliação na revolução industrial, já que o Estado teve um incremento das suas tarefas a fim de incorporar conflitos e organizá-los dentro da esfera administrativa, os direitos fundamentais hoje “limitam as ações do Estado, ao mesmo tempo em que corrigem o déficit da compreensão liberal dos direitos fundamentais e sua prática, isto é, ajustam a prática individual”;<sup>21</sup> traduzem-se em ações constitutivas operadas pelo Estado e pelos agentes privados.

Destarte, a conceituação legal de ambiente tem capital importância. Trata-se de um direito subjetivo público: uma pretensão subjetivamente titulada que pode ensejar uma tutela jurisdicional, isto é, direito exigível e exercitável face ao Estado, que tem obrigação de protegê-lo. Em outras palavras, posição jurídica que permite à pessoa, no mínimo, exigir de terceiros o respeito pela qualidade

ambiental com eventuais indenizações. Cada comportamento que venha na direção contrária a este direito pode ser qualificado como ato de violação deste e justificar ao seu titular a ação necessária para fazer cessar o estado antijurídico. Além disso, nos dizeres de Vasco Pereira da Silva, os direitos subjetivos “possuem uma dimensão procedimental, a qual é cada vez mais importante na moderna Administração [...], traduzindo-se na atribuição aos seus titulares de faculdades de intervenção e oportunidades de influenciação do procedimento administrativo”.<sup>22</sup>

No Brasil, entende-se o direito ao ambiente como direito subjetivo; considera-se um direito difuso, em que se veem alargadas a legitimidade processual tanto do direito subjetivo quanto do interesse legítimo. Os direitos coletivos e difusos (aludidos tanto na Constituição quanto no Código de Defesa do Consumidor – CDC) têm em comum o fato de tratarem de interesses que não pertencem a somente um titular, mas a uma coletividade mais ou menos determinada. Quanto menos determinada é esta coletividade, mais se pode considerar o direito como difuso, isto é, não há uma relação jurídica base, mas circunstâncias de fato comuns. Interesses ou direitos individuais homogêneos, por sua vez, são os que advêm da mesma fonte.

Além disso, o art. 1228 do nosso Código Civil, ao definir a propriedade, o faz coordenado a outros interesses constitucionalmente protegidos. De acordo com o §1º deste referido artigo, “o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados [...] a flora, a fauna [...], bem como evitada a poluição do ar e das águas”. O próprio Código dispõe alguns deveres jurídicos do proprietário relacionados ao ambiente, sob certas circunstâncias fáticas, por exemplo, no caso dos arts. 1277, 1291 e 1309.

Os direitos de personalidade, por sua vez, passaram a ser expressamente contemplados por este Código Civil, nos arts. 11 a 21, dispondo o art. 12 que “pode-se exigir que se cesse a ameaça ou a lesão a direito de personalidade e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei”. Há uma certa unidade de pensamento da doutrina em considerar os direitos de personalidade

<sup>18</sup> GIANNINI. Ambiente: saggio sui diversi aspetti giuridici. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*.

<sup>19</sup> SAMPAIO; WOLD; NARDY. *Princípios de direito ambiental: na dimensão internacional e comparada*, p. 91.

<sup>20</sup> Constitucionalmente, consagrou-se a existência de um bem jurídico ambiental de toda a comunidade e a existência de um direito subjetivo ao ambiente de cada cidadão.

<sup>21</sup> DERANI. *Direito ambiental econômico*, p. 207.

<sup>22</sup> SILVA. *Em busca do ato administrativo perdido*, p. 161.



como direitos subjetivos,<sup>23</sup> mas a maior proteção dos direitos de personalidade, até o advento do novo Código Civil, era invocada normalmente em matéria penal. Em que pese a recepção tardia destes direitos pela lei civil, a carta constitucional de 1988, em seu art. 5º, sobre os “direitos e garantias”, já assegurava uma ampla proteção a estes direitos.

Na legislação infraconstitucional temos o inciso I, art. 3º, da Lei nº 6.938/81 — que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil — que define meio ambiente como conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Nota-se que nesta definição, ainda que ampla, não há menção ao componente humano explicitamente.

De todo modo, sendo a constituição fundamentada na dignidade da pessoa humana (para compreensão dos direitos fundamentais), tal dignidade traduz-se, também, em um respeito ecológico — o que seria o referido antropocentrismo alargado, isto é, o interesse público na integridade e estabilidade ecológica da natureza pode justificar o sacrifício de outros interesses humanos no aproveitamento dos recursos ambientais.<sup>24</sup>

Vários princípios norteiam o Direito Ambiental e entre os mais expoentes estão o do desenvolvimento sustentável, o da prevenção, o da precaução e o da participação. Do princípio do desenvolvimento sustentável depreendemos que os Estados podem explorar os recursos ambientais, mas, ao mesmo tempo, zelar por eles, pois garantir o ambiente é um dever para com a geração presente e a futura. Já em Estocolmo, em 1972, advertia-se para a necessidade de um desenvolvimento econômico equilibrado, em que cada Estado, soberano sobre seus recursos naturais, seria concomitantemente responsável por uma gestão racional. Tal ideia foi desenvolvida posteriormente nos trabalhos da Comissão *Bruntland*, cujo relatório, em 1987, intitulado *Our Common Future*, passou a considerar a responsabilidade de proteção ambiental como dever dos Estados e dos cidadãos e que o desenvolvimento deveria, pois, ser conciliado com estes valores ecológicos, sem comprometer a capacidade de satisfação das gerações vindouras.

Já a Conferência do Rio, em 1992, apresentou-se mais realista com relação ao “desenvolvimento sustentável” uma vez que os Estados mais desenvolvidos economicamente se deram conta dos impactos que uma atitude ecologicamente correta traria aos seus respectivos crescimentos; tal fato se nota nos ajustes ou no conteúdo de convenções firmadas, com características de *soft law*. Assim, tal expressão passou a traduzir-se no aproveitamento de bens ambientais conforme exigências de desenvolvimento econômico. Em Johannesburgo, 10 anos depois, repetiu-se o discurso do Rio, isto é, insistiu-se na necessidade de preservação do ambiente, mas os compromissos a serem firmados tampouco teriam natureza vinculante. A Declaração de *Doha*,<sup>25</sup> por sua vez, no seu parágrafo 6, afirma a supremacia do livre comércio sobre a preservação do ambiente.

A prevenção visa combater, na origem, os processos de degradação do ambiente por meio de ações para gerenciá-lo e protegê-lo. Deve-se, entre outros, fiscalizar-se as fontes poluentes a fim de evitar a poluição transfronteiriça. A prevenção relaciona-se a impactos já conhecidos, orientando ações administrativas na análise das autorizações e/ou licenças de atividades e para as exigências de estudos de impactos ambientais. A abstenção de certos comportamentos ambientalmente danosos justifica-se pela vinculação comprovada empiricamente ou por consenso científico: nisto se traduz este princípio, na antecipação de riscos na proporção do que for possível tecnicamente.

Complementar à prevenção,<sup>26</sup> temos o princípio da precaução que, por seu turno, relaciona-se a impactos desconhecidos, aos riscos ambientais e se consolida, principalmente, no caso de recursos não renováveis. Trata-se de uma cautela decisória diante da incerteza do dano ao ambiente.<sup>27</sup> Nas palavras de Cristiane Derani, “pelo princípio da

<sup>23</sup> SZANIAWSKI. *Direitos de personalidade e sua tutela*, p. 71.

<sup>24</sup> SENDIM. *Responsabilidade civil por danos ecológicos*, p. 102.

<sup>25</sup> Conferência Ministerial dos estados membros da Organização Mundial do Comércio que ocorreu em Doha, em novembro de 2001. Para mais, ver CHAZOURNES; MBENGUE. *La Declaration de Doha de la Conference Ministerielle de L'Organisation Mondiale du Commerce et sa portee dans les relations commerce/environnement. Revue Générale de Droit International Public*, p. 855 et seq.

<sup>26</sup> Muitos autores consideram que a prevenção engloba a precaução; outros que a precaução absorve a prevenção; outros, ainda, que a precaução é demasiado vaga para existir autonomamente como princípio pois é impossível um “risco-zero”. No âmbito europeu, Comunicação da Comissão, datada de 2000, visa nortear a questão do princípio da precaução e a Diretiva 96/61/CE acolhe tal princípio.

<sup>27</sup> Há um debate sobre o grau de incerteza necessário e se tal incerteza versa sobre o risco, o dano ou a magnitude do dano. GOMES. *Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de protecção do ambiente*, p. 272.

precaução devem-se evitar perigos ambientais e procurar uma qualidade ambiental favorável [...] visando à consecução de fins de proteção ambiental básicos”,<sup>28</sup> isto é, procurar se afastar do perigo no tempo e no espaço, proteger-se contra o risco em si e examinar o dano potencial advindo das atividades. O risco está, pois, intrinsecamente relacionado com a utilização direta ou indireta, pública ou privada, de bens ambientais e o licenciamento/autorização de atividades que possam implicar danos a estes bens é uma forma de gerir este risco por parte da autoridade pública competente para tal.<sup>29</sup>

O princípio da precaução dirige-se a combater os problemas oriundos das seguidas incertezas científicas e foi inspirado na legislação ambiental alemã (1974), mas a ideia surgiu com o Direito do Mar. O artigo 15 da Declaração do Rio estendeu sua aplicação a todas as áreas do domínio ambiental, consoante as possibilidades de cada Estado. Vale dizer, inclusive, que a Declaração fala em *approach* e não de *principle* e muitas vezes aparece como *soft law*.

O direito de participação nos processos decisórios ambientais dá-se como “instância de reivindicação, de imposição de transparência e de controle do poder público”. Não obstante, “a efetividade desse direito, além da existência de um quadro institucional jurídico-burocrático, depende de uma consciência e opinião públicas informadas”,<sup>30</sup> isto é, deve haver fontes de informação acessíveis e adequadas a um cidadão mediano. Como meio complementar ao sistema democrático há que se garantir meios de participação direta da população em decisões de maior — como o plebiscito — ou menor extensão — v.g., decisões administrativas — que afetem a todos direta ou indiretamente. De acordo com o art. 14, I a III, da Constituição brasileira, as formas democráticas diretas são complementares da representação política institucional e podem ser usadas com fins ambientais.

O direito ao meio ambiente, elevado ao *status* de direito fundamental, possui, então, natureza dupla: pela vertente negativa, enquanto direito

das pessoas, são direitos de defesa contra violações ilegais estatais — ou privadas — sob formas jurídicas; na vertente positiva temos a necessidade de atuação do Estado para facilitar sua concretização. Todos são responsáveis solidariamente pelo ambiente e têm o dever de contribuir para sua preservação,<sup>31</sup> o que é bastante válido para não se correr o risco de se ter um estado paternalista que tudo deve e indivíduos desprovidos de obrigações (logo, devido a esta solidariedade na promoção, conservação e preservação ambientais, indivíduos se informam, participam, se veem às vezes com alguma limitação no exercício de outros direitos — como o de propriedade — e se opõem a quem ameaçar o ambiente).

Além disso, o direito ao ambiente tem uma dimensão espacial que abraça todo o planeta e uma dimensão temporal, que resguarda as gerações futuras. Mas, a par da interpretação e aplicação de normas jurídicas, deve-se entender substancialmente o conteúdo do direito e do seu contexto. José Tavares resume: deve-se “equacionar habilmente o direito, a vida, a substância e a forma”.<sup>32</sup>

O Estado, então, ao realizar sua política ambiental — que tem como principal objetivo resguardar e garantir o direito ao ambiente sadio e ecologicamente equilibrado para a geração presente e a vindoura, considerando o fenômeno do risco — se utiliza de vários instrumentos, entre eles o mecanismo de comando e controle, que diz respeito à normatização editada e regulamentada pelo próprio Estado em relação ao particular, com o fito de estabelecer condutas a serem seguidas em consonância com os objetivos de preservação ambiental e também quando do exercício de poder de polícia, fiscalizando o efetivo cumprimento da normatização expedida.<sup>33</sup> Ao Estado cabe o papel de estabelecer os limites aos usos dos recursos no plano quantitativo e qualitativo por meio de vários mecanismos de verificação preventivos e sucessivos (ou seja, via autorizações e licenças).

<sup>28</sup> DERANI. *Direito ambiental econômico*, p. 150.

<sup>29</sup> Ainda que, consoante ponderação de Carla Amado Gomes, na seara ambiental a “instabilidade da técnica afronta a estabilidade do direito”, obrigando à abertura da norma, o que permite sua evolução (*Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de protecção do ambiente*, p. 421, 422).

<sup>30</sup> SAMPAIO; WOLD; NARDY. *Princípios de direito ambiental na dimensão internacional e comparada*, p. 81.

<sup>31</sup> Gomes Canotilho fala mesmo em uma comunidade com responsabilidade ambiental assente na participação ativa de todos e de cada um na preservação ambiental (CANOTILHO. *Estado constitucional e democracia sustentada*, p. 9 et seq.).

<sup>32</sup> TAVARES. Direito do ambiente, administração pública e garantias de legalidade e dos particulares. *Revista do Tribunal de Contas*, p. 108.

<sup>33</sup> O Estado pode valer-se também de instrumentos econômicos, de mercado, para realizar sua política ambiental; o faz, por exemplo, via tributos ambientais. O sistema de preços, frequentemente nulo para os bens ambientais distorcem a repartição entre os agentes seja atualmente, seja entre as gerações futuras. DELACHE; GASTALDO. Les instruments des politiques d'environnement. *Revue Problèmes Économiques*, p. 7.

Segundo Américo Luís Martins da Silva, as atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais “constituem ponto sobre o qual deve incidir decisivamente o exercício regular do poder de polícia do Estado”.<sup>34</sup> Além disso, a Administração poderá, inclusive, ser responsabilizada por omissão negligente caso não evite danos ambientais. Daí fazer sentido discutir a condição precária — ou não — das “autorizações e licenças” expedidas e a existência de termos e condições para seu exercício, pois “a questão não reside tanto (ou só) na delimitação de risco previsível, como (também) no estabelecimento das fronteiras do risco imprevisível ou residual”,<sup>35</sup> este último relacionado à incerteza de grau máximo e à tolerabilidade sendo, de acordo com a doutrina e jurisprudência alemãs, o limite para a Administração traduzida na lei.

As relações jurídicas estabelecidas entre a Administração e os particulares no campo ambiental são, então, multipolares ou poligonais, em que cada ator se situa em um polo diferente dentro de uma mesma trama e há uma “pluralização e interpenetração de interesses públicos e privados”;<sup>36</sup> por esta razão, as decisões administrativas causam repercussões suscetíveis de afetar uma multiplicidade de sujeitos e faz-se necessário realizar a uma adequada ponderação ecológica entre bens e interesses em conflito: desenvolvimento econômico, emprego, preservação do ambiente, etc.<sup>37</sup>

No âmbito ambiental, muitas vezes, a Administração Pública figura em um dos vértices da relação jurídica; mister, então, compreendê-la juntamente à sua atuação para esboçar o respectivo modelo de jurisdição. Temos uma Administração de origem autoritária (modelo francês — a Administração com posição privilegiada), sendo tanto esta quanto os tribunais subordinados à Constituição, mas com jurisdição una, isto é, jurisdição de modelo inglês.

Tradicionalmente, o poder de *imperium* da Administração Pública soía ofuscar, no Brasil, a

atuação dos tribunais e impedir um efetivo controle judicial da ação administrativa, fato que tem cambiado gradativamente com a promulgação da Constituição de 1988, ganhando este controle um viés subjetivista. Em outras palavras, apesar do modelo de jurisdição una, o Judiciário, quando do julgamento de lides jurídico-administrativas, tinha ainda muito incorporado o modelo francês outrora citado. Ainda assim, mesmo hoje, o particular ainda fica sujeito ao juiz da causa, no caso concreto, pois o recurso à interpretação da Constituição (que consagra a dignidade da pessoa humana, o Estado Democrático de Direito, os direitos, liberdades e garantias) apresenta-se essencial. A Lei nº 9.784/99, que regulamenta o processo administrativo no âmbito federal, já representa um avanço, pois, ainda que seja via procedimento, dá ao juiz a possibilidade de tutelar o particular em relação à Administração. Esta lei se refere, entre outros, aos princípios da ampla defesa, contraditório e segurança jurídica.

Por fim, em que pese a adoção de jurisdição una ensejar a ideia de maior abertura, o que se nota, na prática, é que no geral a atuação da Administração não é objeto de análise objetiva pelos tribunais, que se limitam a uma mera apreciação formal do litígio. Neste caso, parece ser ainda mais pertinente falar de um direito ao ambiente do cidadão.

### À guisa de conclusão

O crescimento econômico tem um custo, que não incide de modo uniforme sobre todos os envolvidos. Tendo em conta que o meio ambiente ultrapassa fronteiras políticas, o impacto de danos ecológicos provocados por um país é sentido em outro e eventualmente em nível global. Outra constatação é que o impacto dos danos ambientais nos países mais pobres representa frequentemente um peso financeiro bastante significativo, por conta de fatores como a degradação de áreas agrícolas, esgotamento de reservas naturais ou poluição a médio e longo prazos.

A qualidade ambiental, porém, deve ser primazia em escala mundial, devendo-se atentar para as baixas condições laborais e ambientais de alguns países que criam produtos a preços altamente concorrenciais, a expensas da degradação do ambiente e também com implicações econômicas (uma maneira de alterar comportamentos

<sup>34</sup> SILVA. *Direito do meio ambiente e dos recursos naturais*, p. 307.

<sup>35</sup> GOMES. *Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de protecção do ambiente*, p. 234, 263, 395 et seq.

<sup>36</sup> CANOTILHO. Relações jurídicas poligonais, ponderação ecológica de bens e controlo judicial preventivo. *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, p. 57.

<sup>37</sup> A Administração deve obter uma conformação do risco direto, da iniciativa econômica e da proteção ambiental tendo em conta o princípio da prevenção, da precaução, da participação, da imparcialidade e da proporcionalidade e considerando, ainda, o interesse do empreendedor e o da sociedade.

com impactos nesta questão da concorrência é por meio da instituição de tributos ambientais, por exemplo).

A técnica de comando e controle é imprescindível como condição mínima de tutela ambiental, mas se mostrou insuficiente para resolver os problemas de deterioração do ambiente — problema comum a todos os países — uma vez que não busca fundamentalmente a resolução deste problema, mas basicamente um respeito a um valor limite — a necessidade de articulação entre a preservação ambiental e a manutenção e/ou promoção dos níveis de crescimento econômico sujeitam os *standards* dos índices de poluição a uma geometria variável, de acordo com a zona, a fim de equilibrar interesses antagônicos. Opta-se, pois, por um risco calculado. Tal técnica não deveria, portanto, ser utilizada isoladamente, mas associada a outras, como os instrumentos econômicos — que, diga-se, ainda encontram emprego tímido no Brasil e são, ao contrário, bem mais presentes na realidade europeia.

Uma política ambiental efetiva começa por uma revolução de mentalidades. Deve-se, ainda, buscar evitar ou minimizar vários riscos ambientais tendo em vista a segurança. A fiscalização revela-se, também, de suma importância: quando há uma intensa atividade fiscalizadora da Administração Pública verifica-se também o cumprimento das normas ambientais, ou seja, uma política ambiental baseada na técnica da regulação direta pressupõe a existência de uma autoridade capaz de regular e controlar eficazmente — o que resulta ser bastante onerosa e permanece sempre exposta à corrupção; além disso, trata-se de um mecanismo rígido e por isso pouco motivador.<sup>38</sup> Verifica-se, pois, um *déficit* de execução do direito ambiental, ou seja, muitas vezes trata-se de um direito virtual, sem efetividade, resultado de uma complexidade de fatores.<sup>39</sup>

Outro ponto negativo é a intensa atividade legiferante, com alterações ou criações constantes (não se trata aqui de alterações devidas ao dinamismo do tema ambiental, mas de mudanças de ordem burocrática, procedimental) que, muitas vezes, apesar de bem intencionadas, atrasam ainda mais as análises de licenças ambientais, por exemplo, pela necessidade de adaptações; corre-se o risco de se viver uma eterna “transitoriedade”. Além disso, ao contrário do verificado em vários países, o processo de licenciamento ambiental no Brasil é categorizado e segmentado, isto é, para o tema ambiental, há o processo de licenciamento pelo órgão competente que desdobra-se, via de regra, em três licenças — que pressupõem pagamento das taxas respectivas — cada uma exigindo um processo para ser deferida e só após a licença de operação a atividade poderá ser exercida.<sup>40</sup> Argumenta-se, ainda — órgãos públicos e empreendedores — que há um excesso de judicialização do licenciamento ambiental, isto é, que há um excesso de questionamento jurisdicional que causa prejuízo em cronogramas e na realização de projetos. O debate é tão amplo que pode ameaçar o sistema de controle ambiental, “com riscos de atingir os seus próprios pressupostos e, a partir deles, seus objetivos — a instrumentalidade do controle público e da participação”.<sup>41</sup>

Por fim, a Administração Pública deve compatibilizar a manutenção de um ambiente sadio e desenvolvimento econômico uma vez que a qualidade de vida passa por ambos; em outras palavras, o interesse público e o respeito pelos direitos e deveres legalmente protegidos deve equilibrar desenvolvimento e um ambiente são. Não obstante, atualmente, o amplo arcabouço jurídico ambiental substantivo e adjetivo ainda não se revela concretamente na sua plenitude.

<sup>38</sup> GONZÁLES. Del comando y control al del derecho reflexivo para la protección del ambiente en México. In: BENJAMIN (Org.). *Paisagem, natureza e direito*, p. 94.

<sup>39</sup> SENDIM. Notas sobre o déficit de execução do direito do ambiente português. In: *Actas das I Jornadas Luso-brasileiras de Direito do Ambiente*, p. 395 et seq.) avalia que “não há uma definição nítida do direito subjetivo público à qualidade do ambiente: os particulares não sabem ou têm dificuldade em saber que estados de qualidade dos bens ambientais tem direito a exigir ao Estado e aos restantes utilizadores do ambiente” e que tampouco são claros os deveres.

<sup>40</sup> SILVA. O licenciamento ambiental no direito comparado Brasil-Portugal: com ênfase no licenciamento de atividades industriais.

<sup>41</sup> MORAES. Judicialização do licenciamento ambiental no Brasil: excesso ou garantia de participação?. *Revista de Direito Ambiental*, p. 207.



## Referências

- AMARAL, Diogo Freitas. *Estudos de direito público e matérias afins*. Coimbra: Almedina, 2004.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Actos autorizativos jurídico-públicos e responsabilidade por danos ambientais. *BFDC*, LXIX, 1993.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado constitucional e democracia sustentada*. Coimbra: CEDOUA, 2001/2002.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Juricidização da ecologia ou ecologização do direito. *Revista do Instituto do Direito do Urbanismo e do Ambiente*, Coimbra, n. 4, 1995.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. O direito ao ambiente como direito subjetivo. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estudos sobre direitos fundamentais*. Coimbra: Coimbra Ed., 2004.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Procedimento administrativo e defesa da ambiente. *RLJ*, n. 3799, 1991.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Relações jurídicas poligonais, ponderação ecológica de bens e controlo judicial preventivo. *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, Coimbra, n. 1, 1994.
- CAPUCHA, Alexandre Nuno. Da intimação para um comportamento e sua articulação com a defesa do ambiente (contributo para o seu reconhecimento como instrumento privilegiado para uma tutela ambiental acrescida). *Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Coimbra, 2002. v. 43.
- CAVALCANTI, Clóvis (Coord.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- CHAZOURNES, Laurence, MBENGUE, Makane. La Declaration de Doha de la Conférence Ministerielle de L'Organisation Mondiale du Commerce et sa portee dans les relations commerce/environnement. *Revue Générale de Droit International Public*, Paris, n. 4, v. 106, 2002.
- CORDEIRO, António Menezes. Os direitos de personalidade na civilística portuguesa. In: ROCHA, António Manuel da; CORDEIRO, António Menezes. *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Inocêncio Galvão Telles*. Coimbra, Almedina, 2002.
- DELACHE, Xavier; GASTALDO, Sylviane. Les instruments des politiques d'environnement. *Revue Problèmes Économiques*, Lyon, n. 2328, juin. 1993.
- DELL'ANNO, Paolo. La ponderazione degli interessi ambientali nel procedimento amministrativo ed i riflessi nella tutela processuale. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, Milano, ano 39, n. 1, 1989.
- DERANI, Cristiane. *Direito ambiental econômico*. São Paulo, Saraiva, 2008.
- DIAS, José Eduardo de Oliveira Figueiredo. *Tutela ambiental e contencioso administrativo*: (da legitimidade processual e das suas consequências). Coimbra: Coimbra Ed., 1997.
- FARIAS, Talden. *Licenciamento ambiental*: aspectos teóricos e práticos. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- FLORES, Manuela. Tutela cível do ambiente: evolução. In: *Textos*: ambiente. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 1994.
- GIANNINI, M.S. Ambiente: saggio sui diversi aspetti giuridici. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, Milano, 1973.
- GOMES, Carla Amado. *Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de protecção do ambiente*. Coimbra: Coimbra Ed., 2007.
- GOMES, Carla Amado. *Textos dispersos de direito do ambiente*. Lisboa: Associação Acadêmica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2005.
- GOMES, Luís Roberto. *O Ministério Público e o controle da omissão administrativa*: o controle da omissão estatal no direito ambiental. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- GONZÁLES, Jose Juan. Del comando y control al del derecho reflexivo para la protección del ambiente en México. In: BENJAMIN, Antonio Herman V. (Org.). *Paisagem, natureza e direito*. São Paulo: O Instituto por um Planeta Verde, 2005.
- GONZÁLES, Jose Juan. *Tutela ambiental e sua efetividade no direito brasileiro*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2001.
- INSTITUTO LUSÍADA PARA O DIREITO DO AMBIENTE. *Actas das I Jornadas Luso-brasileiras de Direito do Ambiente*. Lisboa: Instituto do Ambiente, 2002.
- JUCOVSKY, Vera Lúcia. *Tutela ambiental e sua efetividade no direito brasileiro*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2001.
- JUNIOR, Jarbas Soares; GALVÃO, Fernando (Org.). *Direito ambiental na visão da Magistratura e do Ministério Público*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- KISS, A. Environnement et développement ou environnement et survie?. *Journal du Droit International*, 1991/2.
- KISS, A. Le droit à la conservation de l'environnement. *RUDH*, n. 12, 1990.
- MADDALENA, P. Il diritto all'ambiente ed i diritti dell'ambiente nella costruzione della teoria del risarcimento del danno pubblico ambientale. *RGA*, 1990/3.
- MODÉ, Fernando Magalhães. *Tributação ambiental*: a função do tributo na proteção do meio ambiente. Curitiba: Juruá, 2005.
- MORAES, Raimundo de Jesus Coelho. Judicialização do licenciamento ambiental no Brasil: excesso ou garantia de participação?. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 10, n. 38, abr./jun. 2005.
- MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. *Introdução ao direito ecológico e ao direito urbanístico*. São Paulo: Forense, 1977.
- OSÓRIO, Fábio Medina. O dever de probidade administrativa e a proteção do meio ambiente: reflexões sobre 'improbidade ambiental'. In: JÚNIOR, Jarbas Soares; GALVÃO, Fernando. *Direito ambiental na visão da magistratura e do ministério público*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

PEREZ, Mariano Alonso. Las relaciones de vecindad. *Anuário de Derecho Civil*, t. XXX VI, Fascículo II, abr./jun. 1983.

POSTIGLIONE, Amedeo. Ambiente: suo significato giuridico unitário. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, Milano, ano 35, n. 1, 1985.

PROOPS, John *et al.* Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Coord.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1999.

SALOM, José Roberto Pérez. *Recursos genéticos, biotecnología y derecho internacional: la distribución justa y equitativa de beneficios en el Convenio sobre Biodiversidad*. Navarra: Aranzadi, 2002.

SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio. *Princípios de direito ambiental: na dimensão internacional e comparada*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SENDIM, José de Sousa Cunhal. Notas sobre o déficit de execução do direito do ambiente português. In: *Actas das I Jornadas Luso-brasileiras de Direito do Ambiente*. Instituto Lusíada para o Direito do Ambiente, Universidade Lusíada, Lisboa, 2002.

SENDIM, José de Sousa Cunhal. *Responsabilidade civil por danos ecológicos*. Lisboa: Almedina, 1998.

SILVA, Américo Luís Martins. *Direito do meio ambiente e dos recursos naturais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

SILVA, Kelly Cristina. *O licenciamento ambiental no direito comparado Brasil-Portugal: com ênfase no licenciamento de atividades industriais*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2009.

SILVA, Vasco Pereira. *Em busca do acto administrativo perdido*. Coimbra: Almedina, 1996.

SILVA, Vasco Pereira. *Verde cor de direito: lições de direito do ambiente*. Coimbra: Almedina, 2005.

SZANIAWSKI, Elimar. *Direitos de personalidade e sua tutela*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

TAVARES, José. Direito do ambiente, administração pública e garantias de legalidade e dos particulares. *Revista do Tribunal de Contas*, Lisboa, n. 25, 1996.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SILVA, Kelly Cristina. A proteção ao meio ambiente: uma revisão da literatura. *Fórum de Direito Urbano e Ambiental – FDUA*, Belo Horizonte, ano 12, n. 68, p. 39-48, mar./abr. 2013.